

CAPÍTULO 14

GASLIGHTING NO CONTEXTO DA PSICOLOGIA JURÍDICA: ANÁLISES E IMPLICAÇÕES

João Luís dos Santos Heric

Acadêmico do Curso de Pós-Graduação em Psicologia Jurídica e Avaliação na Faculdade Ipemig – MG.

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar o fenômeno do *gaslighting* no contexto da Psicologia Jurídica, discutindo suas implicações psicológicas e legais, bem como a importância de estratégias de intervenção e avaliação para lidar com esse tipo de manipulação emocional. Através de uma revisão bibliográfica, foram identificados os principais aspectos psicológicos associados ao *gaslighting*, como a desestabilização emocional da vítima, levando-a a questionar suas memórias e percepções. Esse fenômeno pode comprometer a capacidade das vítimas de relatar suas experiências de forma clara e coerente em processos judiciais, dificultando a busca por justiça. Os resultados da pesquisa destacam que o *gaslighting* ainda é subestimado no sistema jurídico, resultando em decisões que, muitas vezes, não refletem adequadamente a gravidade do abuso psicológico sofrido. A falta de capacitação dos operadores do direito para reconhecer os sinais desse tipo de manipulação pode revitimizar a pessoa afetada. Além disso, foi evidenciada a necessidade de uma abordagem multidisciplinar, envolvendo psicólogos e profissionais do direito, para avaliar e intervir nesses casos de forma mais eficaz. Conclui-se que o enfrentamento do *gaslighting* no contexto jurídico requer tanto uma maior sensibilização e capacitação dos profissionais de justiça quanto a implementação de protocolos específicos de avaliação psicológica, a fim de garantir a proteção das vítimas e um julgamento justo.

PALAVRAS-CHAVE: *gaslighting*, psicologia jurídica, manipulação emocional.

INTRODUÇÃO

O termo *gaslighting* se refere a uma forma sutil e persistente de manipulação psicológica, em que a vítima é levada a questionar sua própria sanidade, percepção e memórias. No âmbito da Psicologia Jurídica, o *gaslighting* tem se tornado um tema de crescente relevância, especialmente em casos de abuso emocional, violência doméstica e disputas familiares. A

complexidade desse fenômeno, que muitas vezes passa despercebido por ser difícil de comprovar, demanda uma análise aprofundada para compreender seus impactos na vítima e suas implicações no contexto jurídico.

O presente tema de pesquisa se justifica pois reside na necessidade de ampliar a compreensão sobre o *gaslighting* como um fenômeno psicológico relevante para a prática jurídica. Esse fenômeno, ao envolver a manipulação intencional para distorcer a realidade da vítima, tem implicações diretas em situações legais que exigem o estabelecimento da verdade e da credibilidade dos depoimentos. Com isso, o *gaslighting* pode influenciar negativamente a percepção de juízes, promotores e advogados em relação à vítima, comprometendo o desfecho de processos legais.

Outra questão relevante é que o reconhecimento do *gaslighting* no contexto jurídico é essencial para a proteção e a defesa das vítimas, pois esse tipo de abuso psicológico pode ser extremamente prejudicial e, em muitos casos, mascarado por comportamentos aparentemente inofensivos. Entender os mecanismos por trás dessa manipulação psicológica permite aos profissionais de saúde mental e do direito intervir de forma mais eficaz e assertiva, garantindo uma abordagem mais justa e adequada para as vítimas e seus casos.

Nesse contexto, o objetivo geral deste artigo é analisar o fenômeno *gaslighting* no âmbito da Psicologia Jurídica, destacando suas características, implicações legais e o impacto na avaliação psicológica de vítimas envolvidas em processos judiciais. Os objetivos específicos são: (1) identificar os principais aspectos psicológicos associados ao *gaslighting*; (2) discutir como esse fenômeno pode influenciar decisões judiciais em casos de violência psicológica e emocional; e (3) propor estratégias de avaliação psicológica para o reconhecimento e a validação de relatos de vítimas de *gaslighting* no contexto jurídico.

Este trabalho está estruturado em cinco seções. A primeira seção apresenta a fundamentação teórica sobre o conceito de *gaslighting* e sua relevância na Psicologia Jurídica. Em seguida, são discutidos os principais aspectos legais e as implicações desse fenômeno no contexto judicial. Na terceira seção, são abordados estudos de caso que ilustram a ocorrência de *gaslighting* em processos legais. A quarta seção propõe estratégias de intervenção e avaliação psicológica para profissionais da área. Por fim, a quinta seção apresenta as considerações finais e sugestões para futuras pesquisas na área.

REFERENCIAL TEÓRICO

O conceito de *Gaslighting* e suas implicações psicológicas

De acordo com Araújo (2019) o *gaslighting* é uma forma sofisticada e destrutiva de manipulação psicológica, em que o agressor gradualmente

distorce a percepção da realidade da vítima, levando-a a duvidar de suas próprias memórias e julgamento. Esse processo pode ocorrer de forma tão sutil que a vítima frequentemente não se dá conta de que está sendo manipulada. Na Psicologia Jurídica, o fenômeno do *gaslighting* tem implicações profundas, especialmente em casos de abuso emocional, violência doméstica e outras situações em que o controle coercitivo é utilizado como estratégia de dominação e subjugação.

Araújo (2019), define o *gaslighting* como:

Uma "forma velada de abuso emocional, que tem o objetivo de controlar e desestabilizar a vítima, criando um ambiente de insegurança e dúvidas sobre a própria percepção. (ARAÚJO, 2019, p. 47).

Segundo Moudon (2020), o *gaslighting* é uma forma de violência emocional que tem como objetivo "levar a vítima a questionar sua própria percepção da realidade, criando um ambiente de constante incerteza e dependência emocional do agressor" (MOUDON, 2020, p. 52). Esse processo é gradual e, por vezes, imperceptível para a vítima, o que torna o fenômeno ainda mais perigoso. A autora destaca que, em muitos casos, a vítima de *gaslighting* sente-se isolada, o que dificulta sua capacidade de buscar ajuda ou reconhecer que está sendo manipulada. Esse aspecto é particularmente relevante no contexto jurídico, uma vez que as vítimas tendem a apresentar narrativas fragmentadas e inconsistentes devido à manipulação prolongada. Moudon (2020) complementa que a manipulação emocional é "uma forma de controle coercitivo que enfraquece progressivamente a autonomia da vítima, levando-a a duvidar de si mesma e a confiar mais no agressor" (MOUDON, 2020, p. 65). Esse comportamento resulta em um ciclo de abuso emocional, que pode prejudicar a capacidade da vítima de se defender em processos legais.

Esse abuso psicológico frequentemente resulta em sintomas de ansiedade, depressão e até mesmo sintomas semelhantes ao transtorno de estresse pós-traumático. Em contextos jurídicos, como o de processos de violência doméstica, o *gaslighting* pode interferir na capacidade da vítima de relatar com precisão os eventos abusivos, uma vez que a manipulação distorce sua percepção da realidade. Essa dinâmica desafia os profissionais do direito a discernirem a verdade em meio a relatos fragmentados e confusos.

Complementando essa perspectiva, Stern (2020), argumenta que o *gaslighting* é uma das formas mais prejudiciais de violência emocional devido ao seu caráter sistemático e prolongado. Segundo o autor:

A manipulação contínua pode desorientar a vítima a tal ponto que ela se torna dependente emocionalmente de seu agressor, incapaz de confiar em suas próprias percepções, o que agrava ainda mais o ciclo de abuso [...] em muitos casos, as vítimas de *gaslighting* se isolam socialmente, o que dificulta a

identificação do abuso por parte de amigos, familiares e até mesmo profissionais de saúde mental.(STERN, 2020, p. 89).

Para Abramson (2018), uma das razões pelas quais o *gaslighting* é tão devastador no contexto jurídico é que, muitas vezes, ele se desenvolve ao longo de anos, minando lentamente a capacidade da vítima de distinguir entre o real e o fabricado. Isso pode levar à perda de credibilidade em depoimentos ou à confusão durante processos legais. Abramson observa que a manipulação emocional pode afetar significativamente a forma como as vítimas narram suas experiências em tribunais, tornando suas versões dos fatos vulneráveis a questionamentos, especialmente em casos de violência emocional e doméstica.

O *Gaslighting* no contexto da Psicologia Jurídica

No âmbito da Psicologia Jurídica, o *gaslighting* apresenta desafios complexos tanto para psicólogos forenses quanto para os profissionais de direito, dado que a manipulação emocional é mais difícil de detectar e comprovar do que o abuso físico. Souto (2017), discute como essa forma de abuso psicológico muitas vezes não deixa evidências físicas visíveis, mas sim um padrão contínuo de desorientação e desgaste emocional na vítima. Conforme a autora:

Ao contrário do abuso físico, o *gaslighting* se manifesta através de pequenas manipulações que, quando somadas, criam uma realidade alternativa para a vítima, comprometendo sua saúde mental e a credibilidade de seus relatos” (SOUTO, 2017, p. 28).

No contexto jurídico, a falta de uma compreensão adequada desse fenômeno pode resultar em injustiças, uma vez que a palavra da vítima pode ser desacreditada ou confundida. De acordo com Souto (2017), a falha em reconhecer o *gaslighting* em processos judiciais pode permitir que o abusador continue exercendo controle sobre a vítima, mesmo dentro do sistema legal, que deveria atuar em sua proteção. A autora sugere que, para evitar esse tipo de revitimização, os profissionais do direito e da psicologia precisam estar aptos a identificar sinais sutis de manipulação emocional, o que demanda uma abordagem multidisciplinar.

Por outro lado, Stern (2020) destaca que o reconhecimento do *gaslighting* como uma forma de abuso psicológico no campo da Psicologia Jurídica tem evoluído. No entanto, o autor aponta que ainda há um longo caminho a percorrer até que o fenômeno seja plenamente compreendido pelos tribunais. O sistema jurídico tradicional tende a privilegiar evidências físicas e testemunhos racionais e consistentes, o que pode ser problemático em casos onde a manipulação emocional compromete a coerência das narrativas das vítimas. Para Stern, uma avaliação psicológica criteriosa pode ser crucial para identificar padrões de manipulação que podem ser utilizados

como parte de uma defesa ou acusação em processos de violência emocional.

Essa visão é corroborada por Abramson (2018), que enfatiza que o *gaslighting* pode ser utilizado como uma estratégia deliberada para minar o testemunho da vítima em tribunais. O autor sugere que, em muitos casos, o abusador utiliza o sistema judicial para prolongar o abuso, manipulando o processo legal para desacreditar a vítima. O reconhecimento do *gaslighting* como uma tática de controle emocional é essencial para garantir que as vítimas não sejam novamente abusadas dentro do próprio sistema jurídico, que deve protegê-las.

Estratégias de Intervenção e Avaliação Psicológica

Para Costa (2021), dada a complexidade e a sutileza do *gaslighting*, os psicólogos jurídicos desempenham um papel central na identificação e avaliação desse tipo de abuso, uma vez que a criação de protocolos de avaliação específicos pode auxiliar na identificação de padrões de manipulação psicológica, que frequentemente passam despercebidos em entrevistas tradicionais. Segundo o autor, “as técnicas de entrevista devem ser adaptadas para explorar as inconsistências na narrativa da vítima, não como sinais de mentiras, mas como potenciais indicadores de manipulação emocional. Tais inconsistências são frequentemente resultados do abuso prolongado, que leva a vítima a duvidar de sua própria memória.

Além disso, a intervenção eficaz também passa pela capacitação dos profissionais de direito. Silva e Souza (2022), defendem que advogados, promotores e juízes devem ser treinados para reconhecer os sinais de abuso psicológico como o *gaslighting*. Os autores afirmam que:

A capacitação dos profissionais do direito em relação aos aspectos psicológicos do abuso emocional é fundamental para garantir uma abordagem mais sensível e eficaz em casos que envolvem violência emocional” (SILVA; SOUZA, 2022, p. 52).

Dessa forma, é possível evitar que a vítima seja revitimizada no processo judicial e que o abusador utilize o sistema para prolongar seu controle emocional. Estratégias de intervenção também incluem a aplicação de escalas e questionários psicológicos que avaliem o impacto emocional da manipulação na vítima. Costa (2021) propõe a utilização de ferramentas como o Inventário de Depressão de Beck (BDI) e o Inventário de Ansiedade de Beck (BAI) para avaliar o nível de desgaste psicológico da vítima de *gaslighting*, além de questionários específicos para detecção de violência emocional. Esses instrumentos podem fornecer uma base mais objetiva para avaliar o impacto do abuso emocional e auxiliar no desenvolvimento de laudos psicológicos que possam ser utilizados no processo judicial. (COSTA, 2021).

Neste caminho, a avaliação psicológica em casos de *gaslighting* exige uma abordagem multidimensional, que leve em consideração os

aspectos emocionais, cognitivos e comportamentais da vítima. A articulação entre Psicologia Jurídica e o sistema judicial é fundamental para assegurar que as vítimas de manipulação emocional tenham sua voz ouvida e que a justiça seja alcançada de forma plena.

Por fim, Costa (2021) propõe que, além da intervenção jurídica e psicológica, as vítimas de *gaslighting* recebam apoio terapêutico contínuo para superar os danos causados pela manipulação emocional. “O processo de recuperação de uma vítima de *gaslighting* é longo e complexo, e requer um acompanhamento psicológico que vá além da resolução do caso judicial, pois o impacto emocional pode persistir por anos” (COSTA, 2021, p. 86). Deste modo, esse suporte terapêutico seja integrado ao sistema de justiça, garantindo que as vítimas tenham acesso a um tratamento completo e adequado.

Silva e Souza (2022) apontam que, além de uma abordagem psicológica adequada, é essencial que os profissionais do direito recebam capacitação sobre as implicações do *gaslighting* para que possam avaliar adequadamente os casos que envolvem abuso emocional. Os autores afirmam que “a formação dos operadores do direito precisa incluir uma compreensão mais profunda dos aspectos emocionais da violência, uma vez que o reconhecimento do *gaslighting* pode alterar o curso de um processo judicial, garantindo que a vítima tenha um julgamento justo” (SILVA; SOUZA, 2022, p. 54). Para isso, é necessário que o sistema jurídico desenvolva diretrizes claras sobre como lidar com esse tipo de abuso e como avaliar o impacto emocional no contexto dos tribunais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta pesquisa, adotou-se o procedimento de revisão bibliográfica, com o objetivo de investigar o fenômeno do *gaslighting* no contexto da Psicologia Jurídica, analisando as implicações dessa forma de manipulação emocional em processos judiciais. A revisão bibliográfica é uma metodologia amplamente utilizada para a coleta e análise de dados secundários, permitindo uma compreensão aprofundada do estado atual do conhecimento sobre um determinado tema. Esse procedimento se caracteriza pela busca, seleção, análise crítica e síntese das contribuições existentes na literatura científica, oferecendo uma visão abrangente e sistematizada das discussões e dos avanços na área.

A coleta de dados foi realizada por meio de consultas a bases de dados acadêmicas amplamente reconhecidas, como o Google Acadêmico, Periódicos Capes e Scielo, além de bibliotecas digitais de universidades. Esses repositórios foram escolhidos devido à sua relevância e à vasta quantidade de materiais acadêmicos que disponibilizam sobre o tema, facilitando o acesso a artigos científicos, dissertações e teses. A busca incluiu palavras-chave como “*gaslighting*”, “manipulação emocional”, “Psicologia Jurídica”, “violência emocional”, e “abuso psicológico”, visando identificar publicações que tratassem da temática de maneira crítica e fundamentada.

O critério de seleção dos estudos incluídos na revisão baseou-se na relevância dos autores para o tema, bem como na atualidade e no acesso aberto dos materiais. Foram priorizados artigos publicados nos últimos dez anos, para garantir que o debate sobre *gaslighting* fosse atualizado e contemplasse as mais recentes discussões no campo da Psicologia Jurídica. A inclusão de fontes internacionais e brasileiras também foi considerada fundamental, de modo a fornecer uma perspectiva global e local sobre o fenômeno.

Após a coleta, foi realizada uma análise crítica dos textos selecionados, visando identificar pontos de convergência e divergência entre os autores, bem como as principais lacunas e contribuições teóricas sobre o tema. A partir dessa análise, foi possível elaborar uma síntese que articula o entendimento sobre o *gaslighting* e suas implicações no contexto jurídico, oferecendo uma visão integrada das discussões existentes na literatura. Além disso, buscou-se destacar estratégias metodológicas e práticas sugeridas pelos autores para a identificação e manejo desse fenômeno em casos judiciais.

Em termos de abordagem metodológica, a revisão bibliográfica permitiu o levantamento de dados teóricos e a construção de um arcabouço conceitual robusto, que embasa as discussões realizadas ao longo do trabalho. A análise comparativa entre os diferentes autores contribuiu para a identificação de abordagens comuns e diferenciadas sobre o *gaslighting*, ampliando a compreensão das suas características e do impacto na Psicologia Jurídica.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A revisão bibliográfica realizada sobre o fenômeno do *gaslighting* no contexto da Psicologia Jurídica revelou achados importantes que permitem responder aos objetivos propostos para esta pesquisa. Os resultados apontam para uma compreensão aprofundada dos aspectos psicológicos e jurídicos do *gaslighting*, destacando suas implicações para o sistema de justiça e as práticas dos profissionais envolvidos.

A análise dos estudos revisados confirmou que o *gaslighting* é uma forma de manipulação emocional sutil, mas extremamente prejudicial, com efeitos devastadores para as vítimas. Araújo (2019) e Stern (2020), descrevem como essa manipulação resulta em sentimentos de confusão, insegurança e perda da confiança na própria capacidade de percepção da vítima. A literatura destaca que esse fenômeno afeta profundamente a saúde mental das vítimas, frequentemente levando a distúrbios como ansiedade, depressão e, em alguns casos, transtorno de estresse pós-traumático. Esses achados corroboram o entendimento de que o *gaslighting* é uma forma de violência emocional que não deixa marcas físicas, mas produz cicatrizes psicológicas profundas, conforme discutido por Souto (2017).

Esses efeitos são especialmente preocupantes no contexto jurídico, onde as vítimas de *gaslighting* podem enfrentar desafios ao tentar relatar

suas experiências de forma clara e coerente. A manipulação contínua distorce suas memórias e percepções, criando uma narrativa fragmentada que, muitas vezes, é vista com desconfiança por operadores do direito, conforme discutido por Abramson (2018). Esse achado reforça a importância de uma intervenção psicológica especializada, que possa auxiliar na recuperação da vítima e na sua capacidade de fornecer um depoimento consistente.

Os resultados também indicam que o *gaslighting* tem um impacto significativo sobre o curso dos processos judiciais, especialmente em casos de violência doméstica e abuso emocional. A literatura revisada, conforme destacado por Souto (2017) e Abramson (2018), mostra que a manipulação emocional pode prejudicar a credibilidade das vítimas, que muitas vezes são vistas como incoerentes ou confusas devido à distorção psicológica causada pelo abuso. Isso pode levar à revitimização durante o processo judicial, com decisões que favorecem o agressor ao invés de proteger a vítima.

Já a literatura de Stern (2020), ensina que o sistema de justiça, ao valorizar evidências tangíveis e consistentes, frequentemente negligencia o impacto emocional da manipulação psicológica. A pesquisa aponta para a necessidade urgente de uma compreensão mais profunda sobre o *gaslighting* por parte dos operadores do direito. A formação e o treinamento desses profissionais, incluindo juízes, promotores e advogados, são essenciais para que possam reconhecer os sinais desse tipo de abuso e agir de maneira adequada. Esses achados ressaltam a importância de protocolos mais sensíveis e adaptados ao reconhecimento de manipulações emocionais nos tribunais.

Por fim, os resultados indicam que a literatura já sugere diversas estratégias para a avaliação psicológica de vítimas de *gaslighting* no contexto jurídico. Costa (2021), destaca a importância de protocolos de avaliação psicológica que levem em consideração as inconsistências e fragmentações nas narrativas das vítimas, reconhecendo-as como potenciais sinais de manipulação emocional, e não como sinais de falsidade ou fraqueza. A utilização de instrumentos como o Inventário de Depressão de Beck (BDI) e o Inventário de Ansiedade de Beck (BAI) foi proposta como uma forma de avaliar o impacto emocional da manipulação, ajudando a fornecer uma base mais sólida para a elaboração de laudos psicológicos que possam ser utilizados no processo judicial.

Por fim, os resultados indicam que o *gaslighting* é um fenômeno de grande relevância para a Psicologia Jurídica, com impactos profundos sobre a saúde mental das vítimas e sobre o andamento de processos judiciais. A literatura revisada destaca a necessidade de maior sensibilização e treinamento dos profissionais do direito para o reconhecimento desse tipo de abuso, além da implementação de estratégias de avaliação psicológica que permitam identificar sinais de manipulação emocional de forma eficaz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou explorar o fenômeno do *gaslighting* no contexto da Psicologia Jurídica, destacando suas implicações emocionais e legais, bem como a importância de uma abordagem multidisciplinar para enfrentar esse tipo de abuso. Ao longo da revisão bibliográfica, verificou-se que o *gaslighting* é uma forma insidiosa de manipulação emocional, cujos efeitos psicológicos são profundos e duradouros, comprometendo a capacidade da vítima de confiar em suas percepções e memórias. No âmbito jurídico, essa manipulação pode prejudicar a narrativa da vítima, dificultando o reconhecimento de sua experiência de abuso nos tribunais.

A análise realizada ao longo deste trabalho demonstrou que o *gaslighting* ainda é subestimado no sistema de justiça, o que resulta em decisões judiciais que, muitas vezes, não refletem a gravidade do abuso psicológico sofrido pela vítima. Isso ocorre principalmente devido à falta de treinamento adequado dos profissionais de direito para lidar com as sutilezas da manipulação emocional. A literatura revisada destacou a necessidade urgente de capacitar advogados, juízes e promotores para reconhecer os sinais desse tipo de abuso, a fim de evitar a revitimização das pessoas afetadas.

Os resultados apontam para a importância de intervenções psicológicas especializadas, com protocolos de avaliação que considerem as nuances do *gaslighting*, garantindo que a vítima seja ouvida de forma justa e que suas experiências de abuso sejam devidamente reconhecidas. Além disso, o acompanhamento psicológico contínuo após o processo judicial se mostrou fundamental para a recuperação emocional da vítima, uma vez que os impactos do *gaslighting* podem persistir por anos.

Assim, conclui-se que o reconhecimento e o enfrentamento do *gaslighting* no contexto jurídico demandam um esforço conjunto de psicólogos e operadores do direito. A abordagem multidisciplinar proposta ao longo deste trabalho pode contribuir significativamente para a proteção das vítimas e para a justiça plena em casos de abuso emocional, garantindo que a manipulação psicológica não seja perpetuada nos tribunais.

REFERÊNCIAS

- ABRAMSON, M. *The impact of emotional manipulation in legal cases*. *Journal of Forensic Psychology*, v. 12, p. 101-114, 2018.
- ARAÚJO, T. *Gaslighting: manipulação psicológica e violência emocional*. *Psicologia & Sociedade*, v. 15, n. 2, p. 43-58, 2019. Disponível em www.psicologiadasociedade.com.br. Acesso em: 10 out. 2024.
- COSTA, P. *Avaliação psicológica em casos de violência emocional: o papel do psicólogo forense*. *Revista de Psicologia Forense*, v. 8, p. 75-85, 2021.
- MOUDON, Stephanie. *O Fenômeno Gaslighting: Manipulação Emocional e Suas Implicações*. São Paulo: Editora Psiquê, 2020.

- SILVA, M.; SOUZA, R. *A formação jurídica e a psicologia do abuso: uma análise interdisciplinar.* **Revista de Direito e Psicologia**, v. 10, p. 48-60, 2022.
- SOUTO, C. *Violência psicológica e suas implicações jurídicas: o desafio de identificar o gaslighting.* **Psicologia Jurídica Contemporânea**, v. 3, p. 25-40, 2017.
- STERN, R. *Gaslighting: recognizing and responding to emotional manipulation.* **Forensic Psychology Journal**, v. 7, p. 85-97, 2020.